

UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA ARGUMENTATIVIDADE EM ARTIGOS DE OPINIÃO PUBLICADOS EM VEJA E CARTA CAPITAL

Graziela Borguignon Mota (UVA)
borguignon.graziela@gmail.com
Vitor Fernandes Gonçalves (UVA)
vitorfg17@gmail.com

RESUMO

Este trabalho procura realizar uma análise da construção argumentativa de textos com temas semelhantes publicados na Revista Veja e na Carta Capital em um mesmo período de tempo. Para realizar a análise, este artigo lançará mão de conceitos da Linguística Textual, como os critérios de textualidade pragmáticos, postulados por Beaugrande & Dressler (1981); e da função de operadores argumentativos no texto; além disso, serão utilizados determinados traços semânticos pautados na Semântica Argumentativa de Ducrot (1981). O *corpus* desta pesquisa é formado por textos pertencentes ao gênero textual artigo de opinião e compostos, majoritariamente, pelo tipo textual argumentativo. Os textos foram publicados em um período que abarca os meses de janeiro e fevereiro de 2019, início do governo Bolsonaro e, consequentemente, início das primeiras reações aos atos governamentais. A intenção deste estudo é apresentar o contexto social do momento das publicações para que se possa relacioná-la à atividade argumentativa construída no texto por meio de recursos linguísticos, pragmáticos e semânticos.

Palavras-chave:

Argumentação. Linguística Textual.
Semântica Argumentativa. Artigo de opinião.

1. Considerações iniciais

Toda comunicação pode ser baseada em graus de argumentatividade. Alguns gêneros textuais possuem maior tendência a utilizar argumentos para persuadir seu público, enquanto outros menos. Além disso, determinados temas, por serem mais polêmicos, são mais propensos à argumentação do que outros. No entanto, tem-se que argumentar é algo intrínseco à linguagem, pois esta se manifesta na interação entre sujeitos – carregados, cada um, com suas próprias vontades em embate. No âmbito textual, especificamente, a argumentação se relaciona com fatores linguísticos, semânticos e pragmáticos que constroem e aperfeiçoam o impacto de uma ideia defendida. Em tempos de forte polarização política, a construção da opinião dos interlocutores sobre temas polêmicos acontece no texto de forma sofisticada em diversos níveis.

A linguagem em sua manifestação em forma de língua é formada por signos que se relacionam e formam frases, períodos e textos. Citelli (2004) aponta que os signos linguísticos, por mais que sejam arbitrários, surgem da necessidade de expressão humana. Assim, em primeiro lugar está a necessidade e, em segundo, a arbitrariedade do signo. Nesse sentido, Koch (2011, p. 17) afirma que “a interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade.” Fiorin (2015) ainda aponta que é na argumentação que o enunciador trabalha com a polissemia do signo e sua ambiguidade. Seria, então, por meio da língua – formada por signos e sua relação – que conseguiríamos expressar “relações que desejamos estabelecer, efeitos que pretendemos causar, comportamentos que queremos ver desencadeados, determinadas reações verbais ou não verbais que esperamos provocar no nosso interlocutor.” (p. 13).

Do mesmo modo, a Semântica Argumentativa tem a preocupação com as classes de palavras e sua relação com a argumentação. Barbisan (2007, p. 122) aponta que “é a partir das palavras que a enunciação e seu contexto devem ser caracterizados, porque a escolha das palavras cria uma imagem da fala e essa imagem é pertinente para a compreensão do discurso”. Além disso, Ducrot (1983) esmiúça, em seus estudos sobre linguagem e argumentação, como a presença de subentendidos, pressupostos e informações implícitas e explícitas, no geral, corroboram para a tessitura argumentativa do texto.

A Linguística Textual, por sua vez, considera o texto como uma construção situada em uma situação comunicativa, por isso, lança mão também dos fatores de textualidade pragmáticos propostos por Beaungrande & Dressler (1981) para destrinchar seu entendimento e construção. Segundo Marcuschi (2012, p. 94), o texto seria “uma proposta de sentido e ele só se completa com a participação do seu leitor/ouvinte”. Desse modo, os fatores pragmáticos se adéquam à relação dupla, entre produtor e receptor, de construção de sentido de um texto.

Desse modo, como os textos compõem, historicamente, o retrato da sociedade, no momento sociopolítico brasileiro atual de polarização e polêmicas diversas, a argumentação tem seu terreno propício. As publicações de artigos de opinião no período após a eleição do atual presidente da república, relativos a suas ações e pronunciamento, então, refletem na sua composição diversas estratégias argumentativas intrínsecas à linguagem para persuadir os interlocutores a conclusões seja de satisfação seja de insatisfação. Para observar de forma mais prototípica a relação

entre o texto e a argumentação, foram escolhidos quatro dois artigos de opinião para configurar o *corpus* de análise deste trabalho. Estes foram retirados de veículos como a Revista Veja e a Carta Capital, a saber: “Vai tu mesmo” e “Nem Átila”, de J.R. Guzzo, publicados na Revista Veja; e “Bolsonaro humilha jornalista porque (ainda) não pode prendê-los”, de Gustavo Freire Barbosa, e “A hora e a vez de se responsabilizar pelo momento político e resistir”, de Ana Carolina Bartolamei Ramos, ambos publicados na Carta Capital. Os textos possuem temática semelhante e foram publicados em momentos próximos um do outro, no período de janeiro a fevereiro de 2019.

2. *Aporte teórico-metodológico*

Koch (2011), baseada em estudos de Vogt (1980), afirma que não é possível atribuir a um enunciado um sentido único e verdadeiro. As intenções do usuário da língua poderiam ser diversas aos produzi-lo e um mesmo enunciado, composto pelos mesmos signos, em situações comunicativas iguais ou distintas, poderia ter sentidos diversos a depender da sua intenção. Também Ducrot (1983) acredita que decidir o significado de um enunciado qualquer fora de seu contexto é a criação somente de uma hipótese. Assim, os autores corroboram as posições expostas sobre a relação intrínseca entre a linguagem e argumentação, pois as escolhas comunicativas não seriam únicas, mas atreladas a diversos fatores.

Ainda sobre a argumentação, de acordo com Fiorin (2015), sua existência já é amplamente tida como intrínseca à linguagem pela ciência linguística. Para defini-la, o autor lança mão de estudos de Ducrot & Anscombe nos quais se afirma que “um locutor produz uma argumentação, quando ele apresenta um enunciado E1 (...) destinado a levar a admitir outro (...) E2” (1998, p. 8 *apud* FIORIN, 2015, p.16).

Fiorin (2015, p. 15) ainda declara que, para Ducrot & Anscombe (1998), a própria argumentação é “o estudo das orientações semânticas dos enunciados e dos encadeamentos que as expressam”. Logo, a Semântica Argumentativa centra-se em um estudo prioritariamente linguístico para analisar a argumentação, ao contrário da Retórica que se focaria na persuasão.

Para a Semântica Argumentativa, existiriam as chamadas palavras gramaticais, que não teriam relação direta com nada da realidade, mas adquiririam sentido em sua relação com outras. Elas seriam classificadas em: operadores, conectores e articuladores. Para que não haja problemas

de nomenclatura, os conectores e articuladores seriam, em suma, os operadores argumentativos da LT. Já os operadores da Semântica Argumentativa abarcariam adjetivos e advérbios, que carregariam consigo traços de subjetividade do enunciador.

Para que haja, de fato, uma relação de pressuposição, seria preciso que uma sentença determinada aceitasse outra relacionada como verdade. Ducrot (1983, p. 21) aponta que o as informações pressupostas “se apresentam como se tivessem sido escolhidos concomitantemente ao enunciado”. O autor elenca algumas estratégias para identificar as pressuposições em enunciados, como a negação ou a interrogação, o que deixa claro sua característica linguística.

Em relação ao subentendido, ainda para Ducrot (1983, p. 19), “existe sempre para um enunciado com subentendidos, um ‘sentido literal’ do qual tais subentendidos estão excluídos”. Assim, o subentendido trabalha com o sentido não-litera que um enunciado produz de modo literal. É por isso que o autor afirma que ao usar subentendidos, o produtor pode se proteger de qualquer acusação lançando mão de seu sentido literal.

Beaugrande & Dressler (1981 *apud* KOCH, 2015) definiram sete critérios de ordem pragmática para a construção de sentido no texto. Dois são centrados no texto: coesão e coerência; já os outros cinco seriam centrados no usuário: informatividade, intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade. Quanto aos centrados no texto, se pode conceituá-los da seguinte forma:

- **Coerência:** Marcuschi (2008, p. 119) sugere que ela seria “a continuidade baseada no sentido”. Tanto o autor, quanto Koch (2011) e Bentes (2001) afirmam que a coerência não está no texto em si, mas é resultado de atividades linguísticas, pragmáticas, cognitivas, socioculturais, etc., que permitem a interpretação.

- **Coesão:** Koch (2015) aponta dois tipos de coesão: referencial e sequencial. Aquela está ligada ao uso de elementos linguísticos para relacionarem-se a outros elementos textuais anteriores ou posteriores. Este processo pode estar explícito na superfície textual ou não. Já a coesão sequencial, para a autora, diz respeito ao uso de procedimentos linguísticos para conectar segmentos do texto em relações semântico-pragmáticas. Marcuschi (2008) afirma que este último tipo de coesão é mais apresentado em sala de aula e apresentam-se, em linhas gerais, na forma de operadores argumentativos.

Ainda de acordo com Marcuschi (2008, p. 121), “o interlocutor segue as pistas (deixadas pelo autor nas operações de coesão textual) como primeiros indicadores interpretativos”. Assim, estabelece-se a relação entre coesão e coerência. Koch (2011) aponta que a coesão é:

(...) um fenômeno que diz respeito ao modo como os elementos linguísticos presentes na superfície textual se encontram interligados entre si, por meio de recursos também linguísticos, formando sequências veiculadoras de sentidos. (KOCH, 2011, p. 45)

Além dos fatores pragmáticos relacionados ao texto, é importante frisar os que estão relacionados aos usuários: intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade e intertextualidade. Em linhas gerais, se pode conceituá-los do seguinte modo:

- **Intencionalidade:** para Koch (2015), está relacionada à realização das intenções comunicativas dos sujeitos com seus textos. Para tal, o produtor poderia, inclusive, afrouxar a coerência em prol de um objetivo específico.

- **Aceitabilidade:** seria um contraponto à intencionalidade, pois focaria na participação do interlocutor no processo comunicativo. Koch (2015) associa sua concepção de aceitabilidade ao Princípio da Cooperação de Grice, que postula a tendência dos interlocutores de buscarem atribuir as características de coesão e coerência ao texto do produtor.

- **Situacionalidade:** de acordo com Koch (2015, p. 49), possui dois movimentos: “da situação para o texto e vice-versa”. O primeiro tem relação com o quanto o texto é relevante para uma situação e seu contexto sociopolítico e cultural, além da situação comunicativa. Já o segundo, leva em consideração os reflexos no texto sobre a sociedade, visto que “há uma mediação entre o texto e o mundo real” (p. 50). A situacionalidade, com isso, aponta Marcuschi (2008), não só interfere na interpretação, mas orienta a produção.

- **Informatividade:** Koch (2015) a mensura pelo grau de previsibilidade e/ou redundância da apresentação das informações em um texto. Assim, se o texto apresenta apenas informações conhecidas, terá um baixo grau de informatividade e se apresenta somente informações novas será um texto improcessável. O adequado seria, então, um equilíbrio entre informações novas e conhecidas.

- **Intertextualidade:** é definida, grosso modo, por Koch (2015) como a relação existente entre um texto e outros para que sua compreensão pelos interlocutores seja alcançada. Frisa-se que “todos os textos comungam com outros textos, ou seja, não existem textos que não mantenham algum aspecto intertextual” (MARCUSCHI, 2008, p. 129).

Sobre o tipo argumentativo, afirmam Santos & Hack (2009, s/p) que “quanto mais polêmico for o assunto em questão, mais dará margem à abordagem argumentativa”. A partir disso, o tipo argumentativo precisa usar do convencimento para que o auditório possa aderir à tese apresentada ou rejeitá-la. Para que a argumentação se cumpra em favor de uma proposição ou outra, então, seria preciso que houvesse a inserção de dados e informações no texto que convergissem para uma conclusão esperada pelo seu enunciador. No entanto, ressalta Fiorin (2015) que não necessariamente a argumentação trabalhará com verdadeiro ou falso, mas sim com o verossímil – construído a partir de uma formação social e determinada época. Com isso, a argumentação trabalharia com elementos que fossem superiores ou preferíveis a outros. Para conseguir construí-la de modo efetivo, Santos & Hack (2009) indicam que é preciso promover a credibilidade por meio de fatos e argumentos de autoridade.

Além da tipologia textual, é preciso discutir o gênero trabalhado nesta pesquisa. Boff, Köche & Marinello (2009, p. 3) definem que este gênero, o artigo de opinião, alinhado com a tipologia argumentativa, “se vale da argumentação para analisar, avaliar e responder a uma questão controversa”. Ademais, Boff, Köche & Marinello (2009) baseadas em Faraco e Tezza (1992) assinalam que nenhum argumento é apresentado em estado “puro” no artigo de opinião, pois os interlocutores já trazem consigo suas opiniões sobre o tema determinado. “No artigo de opinião, portanto, os sujeitos envolvidos na interação aceitam as ideias discutidas pelo autor” (BOFF; KÖCHE; MARINELLO, 2009, p. 4), pois adéquam seu ponto de vista à argumentação do texto. Assim, utiliza-se do argumento de autoridade e de fatos comprovados para sustentar suas afirmações. No entanto, as autoras afirmam que não somente a qualidade dos argumentos é importante para a persuasão do público, mas também as estratégias discursivas.

No que tange à superfície linguística do texto, as autoras apontam que a argumentação é construída também por meio de modalizadores, operadores argumentativos e recursos de autoridade. A presença dos operadores argumentativos, no modelo da Linguística Textual, permite encadear o texto por meio de relações como: oposição, concessão, adição, explicação e outros. Uma vez que a escolha lexical é influenciada por intenções, também as relações estabelecidas no texto por meio de operadores argumentativos o serão, o que auxiliaria na construção argumentativa do texto.

3. Breve análise do corpus

Preferiu-se por formar o *corpus* desta pesquisa com o gênero textual artigo de opinião, pois se poderia observar de forma mais prototípica a relação entre o texto e a argumentação. Foram escolhidos quatro textos para configurar o *corpus* de análise e estes foram retirados da Revista Veja e Carta Capital. O Texto I é “Bolsonaro humilha jornalistas porque (ainda) não pode prendê-los”, de Gustavo Freire Barbosa, publicado na Carta Capital; o Texto II, “Vai tu mesmo”, de J.R. Guzzo, publicado na Veja; o Texto III, “Nem Átila”, de mesmo autor e publicação; e o Texto IV, “A hora e a vez de se responsabilizar pelo momento político e resistir”, de Ana Carolina Bartolamei Ramos, publicado na Carta Capital. Os textos possuem temática semelhante e foram publicados em momentos próximos um do outro, no período de janeiro a fevereiro de 2019.

O Texto I, “Bolsonaro humilha jornalistas porque (ainda) não pode prendê-los” de Gustavo Freire Barbosa discorre sobre a má relação do presidente com a imprensa. Seu autor é advogado e membro da Comissão de Estudos Constitucionais da OAB/RN.

Pode-se afirmar que o artigo apresenta coerência por defender seu raciocínio com exemplos reais que envolvem Bolsonaro e recorre à comparação com a ditadura para ter um argumento historicamente comprovável. Além disso, de acordo com Antunes (2009), a coerência de um texto está ligada também aos marcadores argumentativos porque estes indicam o contexto de interpretação local do texto. Assim, o interlocutor se orientaria, cognitivamente e semanticamente, a partir de sua colocação no texto. Para o Texto I listou-se abaixo seus principais operadores argumentativos e, em seguida, se realizará a análise sobre cada um a partir de trechos do *corpus*.

Ainda (pressuposição)	Mas (oposição)
--------------------------	-------------------

“Uma das razões para tal conclusão é exatamente a perseguição que o primeiro-ministro faz em relação aos meios de comunicação húngaros – **mas** não uma perseguição convencional, colocando cadeados em redações e prendendo jornalistas.”

Segundo Koch (2016), o operador MAS opõe dois argumentos em prol de uma conclusão contrária e ainda permite a focalização de um. Assim, neste trecho a perseguição aos meios de comunicação realizada pelo primeiro-ministro da Hungria é oposta à perseguição convencional descrita. Ressalta-se que, segundo a autora, o maior peso argumentativo recai sobre o argumento introduzido depois do operador MAS.

“Bolsonaro trocou uma ideia com Orbán por telefone em novembro. ‘O povo brasileiro não sabe o que é ditadura **ainda**’, afirmou após a conversa.”

No caso do operador AINDA, Koch (2016) sugere que ele pode ocorrer em mais de uma classificação. A saber: operadores que introduzem conteúdo pressuposto e operadores que somam argumentos a favor de uma mesma conclusão. Neste caso, a primeira classificação é a cabida para o operador AINDA. Então, se teria pressuposto de que no Brasil não se viveu uma ditadura até o momento da conversa em 2018.

Quanto aos fatores de textualidade voltados aos interlocutores, compreendeu-se o seguinte:

- Intencionalidade: a intenção de Barbosa é opor-se ao raciocínio de perseguição à imprensa e denunciar as práticas governamentais que a promovem.

- Aceitabilidade: Barbosa, ao construir seu texto, utiliza exemplos reais, como uma conversa entre Bolsonaro e o primeiro-ministro da Hungria; também o assassinato do jornalista Vladimir Herzog durante a ditadura militar para respaldar suas afirmações. Com isso, a aceitabilidade é mais plausível.

- Situacionalidade: o Texto I foi publicado no dia 14 de janeiro. Neste sentido, pode-se afirmar que o contexto no qual se insere a relação do presidente com a mídia é influenciada pelas restrições a jornalistas no dia da posse e pelos ataques feitos pelo líder do executivo em sua conta oficial em redes sociais.

- Informatividade: o Texto I traz fatos já ocorridos e conhecidos. No entanto, seu autor os relaciona com questionamentos e asserções de forma pouco previsível. Com isso, pode-se afirmar que o texto procura balancear a informatividade para que o leitor consiga associar suas informações com a proposição de quem o escreveu.

- Intertextualidade: atesta-se que o Texto I dialoga com outras fontes por meio de notas provenientes de outros jornais e também de referências a perfis oficiais em redes sociais.

Quanto aos aspectos semânticos, o Texto I, apresenta a pressuposição (não marcada por um operador argumentativo), o subentendido e modificadores.

“No Brasil pós-2016, onde a presunção de inocência abotoou de vez o paletó, prender é a mais óbvia dessas ações.”

No trecho acima se tem a seguinte pressuposição: no Brasil antes de 2016, antes do impeachment, prender não seria a ação mais óbvia. Este aspecto revela parte das construções semânticas que o Texto I pretende ativar em seu público leitor.

“Bolsonaro trocou uma ideia com Orbán por telefone em novembro. ‘O povo brasileiro não sabe o que é ditadura ainda’, afirmou após a conversa.”

No que tange aos subentendidos, o trecho acima permite subentender que o povo brasileiro nunca viveu um período ditatorial até o ano de 2019.

“Sua verborragia **adolescente** e seu comportamento **treteiro**, todavia, pôs na mesa a possibilidade de órgãos oficiais passarem a ser os responsáveis pela condução de seus perfis. Depois das repercussões negativas de uma arenga **infantil** que iniciou com Fernando Haddad no Twitter, o possível tornou-se **necessário**.”

No trecho acima há o uso de três adjetivos que fazem parte do mesmo domínio semântico, são: adolescente, treteiro e infantil. Os três assumem uma ideia de imaturidade, pois se refeririam, neste contexto, aos aspectos que não seriam atribuídos a um adulto. Os adjetivos revelariam a avaliação de Barbosa sobre o comportamento imaturo do presidente. Neste sentido, o uso de “necessário” no final do trecho indica, segundo Neves (2011), modalização do adjetivo, ou seja, ele expressa a opinião do falante sobre o que foi enunciado.

O Texto II, “Nem Átila”, é uma defesa contra ataques à personalidades do governo Bolsonaro. Seu autor, José Roberto Guzzo, ou J.R. Guzzo, é jornalista e já escreveu para revistas como Exame e Veja. Além disso, é editor geral do grupo Exame e membro do Conselho Editorial da Editora Abril.

O artigo foi publicado em torno da primeira quinzena de governo, na qual diversas polêmicas assolaram o escalão do presidente. Sua leitura daria uma oposição entre governo e mídia. Pode-se afirmar sua coerência, pois “apresenta uma configuração conceitual compatível com o conhecimento de mundo do receptor” (COSTA VAL, 2006, p. 5-6), uma vez que o texto se organiza com um raciocínio que não é ilógico e parte de informações verdadeiras.

Em relação à coesão do texto se elencam os operadores argumentativos atuantes no plano linguístico:

Mas (oposição)	Até (focalização)
-------------------	----------------------

“A prisão do terrorista Cesare Battisti foi uma “derrota” para Bolsonaro; imaginava-se que teria sido uma derrota para Battisti, **mas** a mídia quer que você ache o contrário.”

O operador argumentativo MAS é usado, como no texto anterior, para opor pontos de vista em prol de uma conclusão. Assim, no trecho acima, opõe-se a prisão de Battisti como uma derrota ao presidente à tentativa da mídia de fazer o interlocutor crer nisso. Neste caso, o foco está no elemento informativo que aparece depois do operador argumentativo. Com isso, o texto carregaria a carga semântica negativa na mídia.

“**Até** Átila precisaria de mais de duas semanas de governo para mostrar toda a sua ruindade — e olhe que ele foi acusado de comer carne humana e andava cercado de lobos (...)”

O ATÉ é descrito como um operador argumentativo que orienta os argumentos em uma escala para o mais protuberante. A partir disso, tem-se que Átila seria visto como um líder ruim e se o seu governo precisaria de mais tempo, também o governo brasileiro.

Quanto aos fatores de textualidade, apreendeu-se:

- Aceitabilidade: pode-se inferir que foi parcial, pois assim como foi ovacionada por parte dos leitores, também foi alvo de severas críticas por outros articulistas.

- Intencionalidade: nota-se que o artigo de Guzzo busca apresentar argumentos que invalidem as críticas ao novo governo, principalmente por causa do pouco tempo no poder.

- Situacionalidade: o contexto no qual foi publicado era bastante propício. Ao haver cobranças e críticas já nos primeiros dias do novo governo, o autor se posiciona contrário e se contrapõe aos que espalham notícias alarmantes e supostamente equivocadas.

- Informatividade: pode-se afirmar que ele possui baixo grau de informatividade, pois o que veicula são informações já conhecidas sobre a situação política brasileira e previsíveis quanto às críticas à mídia.

• Intertextualidade: o Texto II não faz referência direta a nenhum outro texto. Contudo, ressalta-se que o artigo de Guzzo se utiliza de expressões entre aspas, como “controle social dos meios de comunicação” e “a favor dos militares e contra os jornalistas”, para dialogar com falas que são comuns ao grupo que é criticado na construção do texto.

Semanticamente, o Texto II possui, também, pressupostos e modificadores.

“Os leitores, cada vez mais, estão percebendo que a imprensa é inútil.”

No trecho acima se pressupõe que os leitores percebem que a imprensa é inútil. Esta pressuposição pode parecer banal, contudo revela que já antes da publicação do artigo, os leitores já consideravam a imprensa como algo desnecessário.

“Com tudo isso bem esclarecido, então, quem sabe se possa dizer que talvez haja um ou outro probleminha com a imprensa **brasileira de hoje**. Um deles é que a mídia está começando a revelar sintomas **de Alzheimer**, ou de alguma outra forma **de demência** ainda mal diagnosticada pela psiquiatria.”

No trecho acima, o adjetivo e as locuções adjetivas relacionam-se exclusivamente com a imprensa. Este substantivo, propriamente, é caracterizado pelo adjetivo “brasileira” e a locução “de hoje” que restringem sua qualificação para o espaço e momento presentes. Há ainda as locuções “de Alzheimer” e “de demência” que atribuem à imprensa uma avaliação subjetiva do autor, de incapacidade.

O Texto III, também de J.R. Guzzo, é uma crítica à exaltação de figuras da esquerda política como heróis nacionais em detrimento dos verdadeiros heróis.

O texto foi publicado menos de duas semanas após o anúncio do deputado federal Jean Wyllys de não assumir seu novo mandato. No mesmo momento, associava-se a atitude do deputado do partido PSOL à falta de respostas sobre o assassinato da vereadora do mesmo partido, Marielle Franco, na cidade do Rio de Janeiro. O artigo é coerente na medida em que não traz informações falsas. Contudo, as relações feitas a partir dessas informações podem ser passíveis de contestação, mas não

incutiriam em incoerência, uma vez que há possibilidade de relação entre o que é apresentado.

Quanto à coesão do texto, ressaltam-se os seguintes operadores argumentativos:

Ou (expansão)	Aliás (adição)
------------------	-------------------

“O título de herói oficial é dado por decisão do Senado Federal e da Câmara dos Deputados(...). Além do mais, fazem parte da lista figuras como Zumbi, Chico Mendes **ou** Marechal Deodoro, que traiu o seu imperador com um golpe de Estado (...)”

Neves (2011) aponta que o operador OU pode assumir a ideia de inclusão ou exclusão. Neste caso, os elementos coordenados pela conjunção se somam, o que os tornaria semelhantes. Desse modo, o operador colocaria em mesmo nível nomes como Zumbi, Chico Mendes e Marechal Deodoro.

“É verdade que existe uma lista com 52 heróis e heroínas oficiais do Brasil, cujos nomes estão escritos em páginas de aço no Panteão da Pátria, em Brasília; Tiradentes, **aliás**, é o primeiro.”

O termo ALIÁS serve como um operador que apresentaria um argumento como desnecessário, mas que “introduz um argumento decisivo” (KOCH, 2011, p. 34). Neste caso, então, o nome de Tiradentes aparece com maior peso para, possivelmente, ser ressaltado ainda como o ideal de heroísmo em contrapartida com outros.

Quanto aos fatores de textualidade, elenca-se que:

- Aceitabilidade: o texto foi bem recebido por uma parcela da população, visto que foi reproduzido integralmente em outros veículos de comunicação. Assim, as estratégias para conseguir atingir seu público-alvo, como a idealização do heroísmo por meio da figura de Tiradentes e sua comparação com Jean Wyllys, foram acertadas pelo autor.

- Intencionalidade: percebe-se que Guzzo escreve seu artigo com o intuito de diminuir a importância dada a figuras como Jean Wyllys e Marielle Franco em prol de personalidades como a do presidente da república, Jair Bolsonaro.

- **Situacionalidade:** o texto foi publicado em momento bastante oportuno, pois, além das críticas que rondavam o primeiro mês do novo governo, havia ainda as ameaças a um deputado e o assassinato de uma vereadora, ambos da oposição.

- **Informatividade:** Guzzoinicia seu artigo com dados possivelmente desconhecidos para um leitor contemporâneo – ou que não conheça aqueles pontos específicos da história nacional – e as relaciona com acontecimentos recentes e, provavelmente, já conhecidos. A relação entre as informações se dá de modo a progredir o tema trabalhado no artigo.

- **Intertextualidade:** o texto não possui relação de intertextualidade, como limitada em seção anterior para este trabalho.

No que tange à semântica do Texto III apresenta subentendidos e modificadores.

“A soma total das realizações de sua existência se resume a ter ganhado, anos atrás, o prêmio de um programa de televisão que compete com o que existe de pior na luta pela audiência das classes Y e Z.”

O trecho acima se refere ao ex-deputado do PSOL Jean Wyllys e subentende-se que o ex-deputado não trabalhou enquanto estava inserido na vida política, já que só teria participado de um programa de televisão.

“Hoje, dependendo da sua imagem nas classes intelectuais, liberais, progressistas etc., ser herói é uma das coisas mais fáceis: basta obter uma certidão de “pessoa **de esquerda**”. Assassinos **patológicos** como um Carlos Marighella, por exemplo, têm direito a estrelar, no papel **de salvador** do Brasil, filmes pagos com o dinheiro dos seus impostos. Um psicopata **homicida** como Carlos Lamarca chegou a ganhar uma estátua num parque florestal de São Paulo.”

No trecho acima, o adjetivo e as locuções adjetivas foram utilizadas para caracterizar o que seriam os novos heróis nacionais. Avalia-se que o novo heroísmo é feito por pessoas homicidas e da esquerda política. Essa visão, da intenção do locutor, é corroborada pela definição dada por Neves (2011) para os dois últimos adjetivos – patológicos e homicidas – como qualificadores. A autora afirma que esta subclasse “pode implicar uma característica mais, ou menos, subjetiva (...)” (p. 185). Assim, haveria a carga de subjetividade do locutor ao elegê-la para o texto.

O Texto IV discorre sobre o problema do artigo anterior: um deputado que se exila e uma vereadora assassinada. Ana Carolina Bartola-

mei Ramos, sua autora, é juíza do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e membro da Associação de Juízes para a Democracia.

O artigo no mesmo contexto do Texto III e relativo ao mesmo tema. No entanto, o Texto IV critica a falta de responsabilidade do Estado e a necessidade de privilégios da elite em relação às camadas mais excluídas socialmente. O artigo de Bartolamei Ramos se utiliza, para trabalhar sua crítica, de argumentos pautados em acontecimentos recentes a sua publicação: a recusa de Jean Wyllys em assumir seu cargo como deputado federal; e o assassinato de Marielle Franco. Assim, tem-se que o texto é coerente em relação ao seu ponto de vista. Porém, também poderia ser contestado, quanto às relações a partir das informações trabalhadas, como o Texto III.

Apresentam-se abaixo os principais operadores argumentativos que estão presentes no Texto IV.

Mas (oposição)	E (adição)
-------------------	---------------

“Era a hora de dizer: quando chegamos no ponto de um deputado federal eleito não tomar posse e ir embora do país porque teme pela própria vida, é porque algo nessa trama disfarçada de cordialidade se perdeu. **Mas** a verdade (...) é que já perdemos e faz tempo, desde que a cabeça da Marielle foi alvejada por quatro tiros e foi preciso continuar lutando pela dignidade da sua existência mesmo depois da sua execução.”

O operador MAS coordena ideias de dois períodos. A informação presente no primeiro é que algo se perdeu no país a partir do momento em que um deputado eleito não pode assumir seu mandato. No segundo período, se apresenta a oposição: algo se perdeu antes disso, desde que a vereadora Marielle Franco foi morta. Salienta-se o que afirma Koch (2015) de que, geralmente, o operador MAS adiciona maior peso argumentativo à informação que o procede no texto.

“Como então era possível que a Marielle Franco conquistasse espaço, fosse eleita, fosse ouvida, sendo negra, lésbica e criada na favela da Maré? **E** o Jean Wyllys, um gay, nordestino, negro, que não silencia diante da violência?”

Koch (2015) define o operador E como aquele que acrescenta argumentos a uma mesma conclusão. Além disso, Neves (2011) indica que seu uso encabeçando um segmento nominal “é ainda mais particularmen-

te notado” (p. 739). Assim, além de adicionar um novo argumento, neste uso, ele seria mais marcado.

Quanto aos fatores de textualidade, apreendeu-se:

- **Aceitabilidade:** para ser bem aceito por seu público-alvo, o texto se utilizou de acontecimentos recentes. Também há a citação de Lédio Rosa, desembargador próximo de questões sociais e trabalhistas. Todas essas estratégias servem para aproximar os interlocutores do objetivo do locutor do texto.

- **Intencionalidade:** criticar o atual cenário brasileiro e associá-lo à elite governante. Também incitar a população a resistir contra a “lógica perversa do fascista que acusa o outro de manipulação ideológica quando é ele o manipulador”. Neste sentido, pode-se afirmar que o Texto IV condiz sua confecção a sua meta.

- **Situacionalidade:** o artigo foi publicado em 18 de fevereiro de 2019, semanas após o anúncio de que Jean Wyllys, deputado pelo PSOL, não assumiria o cargo e sairia do país. Além disso, o texto aponta indiretamente para situações ocorridas ao longo da candidatura e posse do atual presidente. Assim, está de acordo com a definição do próprio critério de situacionalidade.

- **Informatividade:** pode-se considerar que o texto trabalha com informações já conhecidas dos leitores. No entanto, não se torna redundante porque a partir delas, a autora insere uma nova discussão sobre a origem de determinados problemas e o que deve ser feito.

- **Intertextualidade:** o Texto IV dialoga com outros artigos de opinião indiretamente. A autora lança mão de diversas notas de rodapé, com links para outros textos, para que o leitor possa entender melhor sobre o contexto que a autora pretende trabalhar.

No âmbito semântico, o Texto IV também possui pressupostos, subentendidos e modificadores.

“É preciso parar de deixar que apenas os mesmos corpos se coloquem na linha de frente enquanto nós, privilegiados, seguimos escrevendo bonito sobre o que acontece bem longe dos nossos muros.”

Do trecho acima se pressupõe que ainda antigamente os mesmos corpos estavam na linha frente enquanto privilegiados estavam protegi-

dos. Ainda neste trecho se poderia subentender que os privilegiados, no geral, permitem que os corpos descritos sejam os primeiros a morrer.

“Entre a fala sobre quem veste azul e rosa, o discurso em libras, a condescendência disfarçada de protagonismo feminino, os pacotes de repressão com alvo **certo** – a **novave-lha** política da lei para todos, desde que esses todos não sejam espelhos dos nossos privilégios –, temos as palavras que ameaçam e, mais do que isso, perfuram a vida.”

Os adjetivos presentes no trecho do Texto IV são classificados como qualificadores por Neves (2011). Eles, então, revelariam a avaliação de sua autora quanto ao universo enunciado. Na sentença “a nova velha política”, o adjetivo “nova” aparece anteposto ao substantivo, uma posição marcada, que causaria o realce da sua ideia ao invés de utilizá-lo em posição não marcada, posposto ao substantivo.

3. *Considerações finais*

No decorrer da análise, ancorados pela Linguística Textual, pode-se perceber que os artigos de opinião analisados construíram a argumentação direcionando o leitor por meio do uso de operadores argumentativos. Assim, as relações expressadas no texto auxiliaram a construção da opinião do leitor por meio da presença, em nível linguístico, dos operadores argumentativos. Pelo uso da Semântica Argumentativa, foi possível analisar como o significado ao lado dos operadores reforça a construção argumentativa para o leitor. Em alguns dos artigos de opinião utilizados nesta pesquisa foi possível notar que, por vezes, os textos trabalhavam com palavras dentro do mesmo domínio semântico para reforçar uma ideia. Constatou-se também a presença de subentendidos e pressupostos que reforçaram a construção argumentativa no nível do significado. A partir da análise dos textos constatou-se que a formação da opinião parte do enunciador, mas, necessariamente, está espalhada no texto argumentativo e será recebida pelo leitor de forma a aceitá-la ou não. Neste processo de argumentação, ligados aos aspectos linguísticos e semânticos, perpassam os critérios de textualidade.

Desse modo, a percepção dos níveis linguístico, semântico e pragmático na tessitura argumentativa permite menor ingenuidade na recepção de textos argumentativos, pois demonstram que existe um trabalho intencional em sua produção. Nos artigos de opinião analisados, as diversas teses, a favor e contra o governo Bolsonaro, se utilizaram, em

suma, dos mesmos procedimentos para efetivar a argumentação. Com isso, ressaltou-se que a tentativa de convencimento é comum à língua e não algo negativo. Porém, é preciso receber (e produzir) os textos de tipo argumentativo com ciência de seu funcionamento multinível para que possam cumprir sua função social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Irlandé. I: outra escola possível. São Paulo: Parábola, 2009.
- BARBISAN, Leci Borges. Uma proposta para o ensino da argumentação. In: *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 111-38, junho, 2007.
- BENTES, Anna Christina. Linguística Textual. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001.
- BOFF, Odete M. B.; KÖCHE, Vanilda S.; MARINELLO, Adiane F. O gênero textual artigo de opinião: um meio de interação. In: *ReVEL*, vol. 7, n. 13, 2009.
- CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. São Paulo: Ática, 2004.
- COSTA VAL, Maria da Graça. *Redação e textualidade*. São Paulo, 2006.
- DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Trad. de Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.
- FIORIN, José Luiz. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2015.
- KOCH, Ingedore Villaça. *Inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2011.
- _____. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo: Contexto, 2015.
- _____; ELIAS, Vanda Maria. *Escrever e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2016.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.
- _____. *Linguística de texto: o que é e como se faz*. São Paulo: Parábola, 2012.
- MOURA NEVES, Maria Helena. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Unesp, 2011.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

SANTOS, A., HACK, J. As marcas linguísticas da sequência argumentativa no gênero artigo de opinião. In: *XIX Seminário do CELLIP*, 2009, Cascavel. *Anais...* Cascavel, UNIOESTE, 2009. s/p.